



BOMBA D'ÁGUA



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC | Nº 584 | 06/07/2011 | Filiado à

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

VENDER 35% DAS AÇÕES FORTALECE A CASAN?

O empresário que se dispôr a investir na compra de ações da Casan exigirá segurança jurídica. Como neste momento ainda não há - pois a Empresa não têm Contratos Programas com os municípios - , existe grande probabilidade de não haver compradores. Caso apareça, o preço das ações será mínimo.

Segundo a imprensa, o Governador diz que pode arrecadar cerca de R\$ 250 milhões com a venda das ações da Casan. Entretanto, este mesmo lote, logo após a realização dos Contratos Programas, certamente passará a valer mais de R\$ 500 milhões. São os contratos que darão segurança jurídica e valorização às ações.

Por que doar parte da Empresa a iniciativa privada? Por que o Estado tem que perder neste negócio? Será que tudo já está acertado? Será que é com a mesma empreiteira para qual o Prefeito João Paulo Kleinübing (DEM/PSD), do mesmo partido do Governador, vendeu o sistema de esgoto de Blumenau ou será com outra empreiteira?

QUEM PODE PERDER E GANHAR?

Esta operação pode ser um jogo de cartas marcadas. O Governo combina com o interessado que ele pode comprar as ações mesmo sem Contratos Programas, mas assume o compromisso de utilizar todos os instrumentos para fazer os municípios assinarem os Contratos com a Casan. Desta forma, o comprador, em pouco tempo, dobrará seu patrimônio.

O Projeto de Lei nº 0236.8/2011, apresentado à Alesc pelo Governo do Estado, deixa claro o tipo de negócio que estão querendo. Vale lembrar que idêntica operação foi efetuada pelos Ex-Governadores Jaime Lerner (DEM/PR) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG), quando venderam parte das ações da Copel, da Sanepar e da Cemig. Eles também efetuaram o tal Acordo de Acionistas, dando amplos poderes aos sócios minoritários. Igualmente ao proposto pelo Governador Raimundo Colombo.

PORQUE MUDAR A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL?

O Governo diz que vai vender 49% das ações da Casan com direito a voto. Entretanto, remete Projeto de Emenda Constitucional (PEC), excluindo da Constituição Estadual, artigo que exige a necessidade de autorização legislativa e de referendo popular, em caso de proposta de troca do



Edson Juncks

Dirigentes Sindicais articulam movimento em defesa do patrimônio público. Na foto, reunião com Deputados Estaduais.

NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Diante do ataque proporcionado pelo Governo do Estado à Casan e à Celesc, os Dirigentes do SINTAEMA-SC e do SINERGIA se reuniram, em duas oportunidades, para discutir como enfrentar o Governo.

Um dos primeiros movimentos dos sindicalistas foi ampliar a discussão com outras entidades do movimento sindical, além de encontros com parlamentares que se propuseram a fazer o embate em defesa do serviço público. A ação já surtiu efeitos com a aprovação de audiência pública pela Alesc, no dia 05/07. A data da audiência está prevista para a segunda quinzena de agosto e será definida no dia 12/07.

Iremos a todos os gabinetes dos Deputados e Deputadas para expor nossa preocupação e, se necessário, fazer toda a pressão possível para que seja retirado da Assembleia Legislativa o projeto de venda das ações da Casan. Essa tarefa vai exigir uma ampla unidade entre os trabalhadores da Casan e demais setores da sociedade. Estão todos convocados para fazer a luta em defesa do patrimônio público.

controle acionário da Casan e da Celesc.

A verdade é que, na prática, o Governo perde o controle, ainda mais com o tal Acordo de Acionistas. Por que o Governo exclui a população de opinar sobre qual o destino das empresas públicas?

Municipalizações

Imbituba: contagem regressiva para a privatização do sistema

Com a realização de audiência pública para desencadear o processo licitatório de concessão do sistema de água e esgoto, o dia 27/06/2011 vai ficar marcado na triste história do saneamento público de Santa Catarina.

A iniciativa de municipalização foi do Prefeito José Roberto Martins (PSDB), que pretende municipalizar/privatizar o sistema por 35 anos, alegando que o Estado, através da Casan, não cumpriu o contrato de gestão compartilhada. A Casan não cumpriu os prazos por falta de licença ambiental, negada pela Fatma, inviabilizando a segunda etapa da obra de esgoto.

A ausência da Diretoria da Casan foi irresponsabilidade e falta de compromisso para defender os interesses da Companhia. Portanto, se a Direção da Casan não tem responsabilidade, não é o caso do SINTAEMA-SC, que já está se organizando para fazer uma grande batalha na cidade de Imbituba, com o objetivo de manter o sistema sob a gestão da Casan, e mais ainda, o emprego dos trabalhadores.

Desde o dia 05/07, estamos fazendo contato com lideranças comunitárias e sindicais, além de parlamentares, para realizar um grande debate público, no sentido de demover o Prefeito e os interessados na privatização, pois a Casan é o melhor caminho para resolver as demandas, no que diz respeito ao saneamento.

Curitibanos, Três Barras e São Cristóvão do Sul

Em outros municípios, as prefeituras também fizeram o movimento de municipalização dos sistemas de água e esgoto. Em Curitibanos, o Prefeito assinou um decreto que prevê assumir o sistema até dia 09/07. A Diretoria da Casan está negociando com o Prefeito e, preventivamente, deve entrar com um pedido de interdito proibitório, tentando assegurá-lo.

Já em São Cristóvão do Sul, apesar da audiência que nós do SINTAEMA-SC tivemos com vários servidores da região, o Prefeito, no dia 17/06, invadiu as dependências da Casan e assumiu o sistema de forma unilateral. Mesmo assim, a Casan ganhou o direito de permanecer prestando o serviço no município.

Três Barras foi mais um dos municípios que não resistiu a tentativa de municipalização do sistema. Desde o início do mês de junho, a prefeitura já administra o sistema local e os trabalhadores foram transferidos para outros municípios da região.



SINTAEMA-SC participa da 2ª Marcha dos Trabalhadores

2ª Marcha dos Catarinenses mobiliza classe trabalhadora

Com o tema “Trabalho Decente e Políticas Públicas”, a 2ª Marcha dos Catarinenses, realizada dia 30/06, reuniu diversas entidades dos movimentos sociais, defendendo uma plataforma de reivindicações que amplie os direitos do povo, como: a reforma agrária, a reforma da educação, a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, mudanças na política econômica,

entre outras.

A Marcha foi realizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e contou com a participação de mais de 3 mil pessoas, entre trabalhadores, trabalhadoras e estudantes.

O SINTAEMA-SC esteve presente, com vários de seus Dirigentes, denunciando as iniciativas de privatização das empresas estatais, como a Celesc e a Casan.



Acesse nosso site: www.sintaema.org.br